

# Oiapoque Energia S.A. - CNPJ 21.504.686/0001-28

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais				Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido						
Ativo	Nota	2021	2020	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Reserva de incentivo fiscal	Total	Lucros acumulados	Total
<b>Circulante</b>		<b>60.869</b>	<b>52.541</b>	<b>11.601</b>	<b>3.827</b>	<b>38.517</b>	–	<b>42.344</b>	–	<b>53.945</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2.2.2	40.192	37.013	–	–	–	–	–	–	–
Contas a receber	2.2.3	11.370	7.613	–	–	–	–	–	–	–
Impostos a recuperar	–	1.211	2.945	–	–	–	–	–	–	–
Estoque	2.2.4	5.672	3.281	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamento a fornecedores	–	2.186	1.421	–	–	–	–	–	–	–
Despesas antecipadas	–	226	–	–	–	–	–	–	–	–
Contas a receber - Partes relacionadas	5.1.1	6	–	–	–	–	–	–	–	–
Outros ativos	–	6	262	–	–	–	–	–	–	–
<b>Não circulante</b>		<b>85.200</b>	<b>60.810</b>							
Imobilizado	2.3.1	70.613	49.191	–	–	–	–	–	–	–
Intangível	2.3.2	14.587	11.619	–	–	–	–	–	–	–
<b>Total do ativo</b>		<b>146.069</b>	<b>113.351</b>							
<b>Passivo</b>		<b>2021</b>	<b>2020</b>							
<b>Circulante</b>		<b>46.209</b>	<b>24.003</b>							
Fornecedores	2.2.6	18.906	10.181	–	–	–	–	–	–	–
Obrigações fiscais e trabalhistas	–	1.129	1.124	–	–	–	–	–	–	–
Encargos setoriais	–	1.472	1.670	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos - Partes relacionadas	5.1.1	5.880	3.853	–	–	–	–	–	–	–
Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1.1	1.709	129	–	–	–	–	–	–	–
Passivo de arrendamentos	2.2.5	7.107	7.046	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamento de clientes	2.3.3	10.006	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>Não circulante</b>		<b>6.043</b>	<b>13.463</b>							
Passivo de arrendamentos	2.2.5	6.043	13.463	–	–	–	–	–	–	–
<b>Total passivo</b>		<b>52.252</b>	<b>37.466</b>							
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>93.817</b>	<b>75.885</b>							
Capital social	–	11.601	11.601	–	–	–	–	–	–	–
Reservas de lucro	–	63.708	55.190	–	–	–	–	–	–	–
Reserva de incentivo fiscal	–	18.508	9.094	–	–	–	–	–	–	–
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>146.069</b>	<b>113.351</b>							

  

Demonstrações dos resultados				Demonstrações dos fluxos de caixa			
	Nota	2021	2020		2021	2020	
Receita operacional líquida	2.1.1	96.670	73.496	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Custos operacionais	2.1.2	(60.531)	(46.044)	Lucro antes do IRPJ e CSLL	34.662	25.793	
<b>Lucro bruto</b>		<b>36.139</b>	<b>27.452</b>	<b>Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações</b>			
Despesas administrativas	2.1.2	(2.013)	(1.739)	Depreciação e amortização	8.663	5.837	
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>34.126</b>	<b>25.713</b>	Juros sobre arrendamento	1.510	397	
Despesas financeiras	–	(1.618)	(575)	<b>(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais</b>			
Receitas financeiras	2.1.3	2.154	655	Contas a receber	(3.757)	409	
<b>Resultado financeiro</b>		<b>536</b>	<b>80</b>	Estoque	(2.084)	(1.707)	
<b>Resultado antes do IR e CS</b>		<b>34.662</b>	<b>25.793</b>	Despesas antecipadas	(226)	–	
IR e CS	2.1.4	(3.827)	(2.945)	Outros ativos	256	(2.790)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>34.662</b>	<b>25.793</b>	Impostos a recuperar	1.734	–	
A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.				<b>Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais</b>			
				Fornecedores	7.960	503	
				Obrigações fiscais	5	(122)	
				Encargos setoriais	(198)	251	
				Contas a pagar - Partes relacionadas	1.580	(6)	
				Adiantamento de clientes	10.006	–	
				<b>60.101</b>	<b>28.565</b>	<b>(1.020)</b>	
				IR e CS pagos	–	–	
				<b>60.101</b>	<b>27.545</b>		

  

Demonstração dos resultados				Demonstração dos fluxos de caixa			
	Nota	2021	2020		2021	2020	
Receita operacional líquida	2.1.1	96.670	73.496	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Custos operacionais	2.1.2	(60.531)	(46.044)	Lucro antes do IRPJ e CSLL	34.662	25.793	
<b>Lucro bruto</b>		<b>36.139</b>	<b>27.452</b>	<b>Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações</b>			
Despesas administrativas	2.1.2	(2.013)	(1.739)	Depreciação e amortização	8.663	5.837	
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>34.126</b>	<b>25.713</b>	Juros sobre arrendamento	1.510	397	
Despesas financeiras	–	(1.618)	(575)	<b>(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais</b>			
Receitas financeiras	2.1.3	2.154	655	Contas a receber	(3.757)	409	
<b>Resultado financeiro</b>		<b>536</b>	<b>80</b>	Estoque	(2.084)	(1.707)	
<b>Resultado antes do IR e CS</b>		<b>34.662</b>	<b>25.793</b>	Despesas antecipadas	(226)	–	
IR e CS	2.1.4	(3.827)	(2.945)	Outros ativos	256	(2.790)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>34.662</b>	<b>25.793</b>	Impostos a recuperar	1.734	–	
A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.				<b>Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais</b>			
				Fornecedores	7.960	503	
				Obrigações fiscais	5	(122)	
				Encargos setoriais	(198)	251	
				Contas a pagar - Partes relacionadas	1.580	(6)	
				Adiantamento de clientes	10.006	–	
				<b>60.101</b>	<b>28.565</b>	<b>(1.020)</b>	
				IR e CS pagos	–	–	
				<b>60.101</b>	<b>27.545</b>		

  

Demonstração dos resultados				Demonstração dos fluxos de caixa			
	Nota	2021	2020		2021	2020	
Receita operacional líquida	2.1.1	96.670	73.496	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Custos operacionais	2.1.2	(60.531)	(46.044)	Lucro antes do IRPJ e CSLL	34.662	25.793	
<b>Lucro bruto</b>		<b>36.139</b>	<b>27.452</b>	<b>Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações</b>			
Despesas administrativas	2.1.2	(2.013)	(1.739)	Depreciação e amortização	8.663	5.837	
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>34.126</b>	<b>25.713</b>	Juros sobre arrendamento	1.510	397	
Despesas financeiras	–	(1.618)	(575)	<b>(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais</b>			
Receitas financeiras	2.1.3	2.154	655	Contas a receber	(3.757)	409	
<b>Resultado financeiro</b>		<b>536</b>	<b>80</b>	Estoque	(2.084)	(1.707)	
<b>Resultado antes do IR e CS</b>		<b>34.662</b>	<b>25.793</b>	Despesas antecipadas	(226)	–	
IR e CS	2.1.4	(3.827)	(2.945)	Outros ativos	256	(2.790)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>34.662</b>	<b>25.793</b>	Impostos a recuperar	1.734	–	
A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.				<b>Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais</b>			
				Fornecedores	7.960	503	
				Obrigações fiscais	5	(122)	
				Encargos setoriais	(198)	251	
				Contas a pagar - Partes relacionadas	1.580	(6)	
				Adiantamento de clientes	10.006	–	
				<b>60.101</b>	<b>28.565</b>	<b>(1.020)</b>	
				IR e CS pagos	–	–	
				<b>60.101</b>	<b>27.545</b>		

  

Demonstração dos resultados				Demonstração dos fluxos de caixa			
	Nota	2021	2020		2021	2020	
Receita operacional líquida	2.1.1	96.670	73.496	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Custos operacionais	2.1.2	(60.531)	(46.044)	Lucro antes do IRPJ e CSLL	34.662	25.793	
<b>Lucro bruto</b>		<b>36.139</b>	<b>27.452</b>	<b>Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações</b>			
Despesas administrativas	2.1.2	(2.013)	(1.739)	Depreciação e amortização	8.663	5.837	
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>34.126</b>	<b>25.713</b>	Juros sobre arrendamento	1.510	397	
Despesas financeiras	–	(1.618)	(575)	<b>(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais</b>			
Receitas financeiras	2.1.3	2.154	655	Contas a receber	(3.757)	409	
<b>Resultado financeiro</b>		<b>536</b>	<b>80</b>	Estoque	(2.084)	(1.707)	
<b>Resultado antes do IR e CS</b>		<b>34.662</b>	<b>25.793</b>	Despesas antecipadas	(226)	–	
IR e CS	2.1.4	(3.827)	(2.945)	Outros ativos	256	(2.790)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>34.662</b>	<b>25.793</b>	Impostos a recuperar	1.734	–	
A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.				<b>Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais</b>			
				Fornecedores	7.960	503	
				Obrigações fiscais	5	(122)	
				Encargos setoriais	(198)	251	
				Contas a pagar - Partes relacionadas	1.580	(6)	
				Adiantamento de clientes	10.006	–	
				<b>60.101</b>	<b>28.565</b>	<b>(1.020)</b>	
				IR e CS pagos	–	–	
				<b>60.101</b>	<b>27.545</b>		

  

Demonstração dos resultados				Demonstração dos fluxos de caixa			
	Nota	2021	2020		2021	2020	
Receita operacional líquida	2.1.1	96.670	73.496	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Custos operacionais	2.1.2	(60.531)	(46.044)	Lucro antes do IRPJ e CSLL	34.662	25.793	
<b>Lucro bruto</b>		<b>36.139</b>	<b>27.452</b>	<b>Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações</b>			
Despesas administrativas	2.1.2	(2.013)	(1.739)	Depreciação e amortização	8.663	5.837	
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>34.126</b>	<b>25.713</b>	Juros sobre arrendamento	1.510	397	
Despesas financeiras	–	(1.618)	(575)	<b>(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais</b>			
Receitas financeiras	2.1.3	2.154	655	Contas a receber	(3.757)	409	
<b>Resultado financeiro</b>		<b>536</b>	<b>80</b>	Estoque	(2.084)	(1.707)	
<b>Resultado antes do IR e CS</b>		<b>34.662</b>	<b>25.793</b>	Despesas antecipadas	(226)	–	
IR e CS	2.1.4	(3.827)	(2.945)	Outros ativos	256	(2.790)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>34.662</b>	<b>25.793</b>	Impostos a recuperar	1.734	–	
A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.				<b>Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais</b>			
				Fornecedores	7.960	503	
				Obrigações fiscais	5	(122)	
				Encargos setoriais	(198)	251	
				Contas a pagar - Partes relacionadas	1.580	(6)	
				Adiantamento de clientes	10.006	–	
				<b>60.101</b>	<b>28.565</b>	<b>(1.020)</b>	
				IR e CS pagos	–	–	
				<b>60.101</b>	<b>27.545</b>		

  

Demonstração dos resultados				Demonstração dos fluxos de caixa			
	Nota	2021	2020		2021	2020	
Receita operacional líquida	2.1.1	96.670	73.496	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Custos operacionais	2.1.2	(60.531)	(46.044)	Lucro antes do IRPJ e CSLL	34.662	25.793	
<b>Lucro bruto</b>		<b>36.139</b>	<b>27.452</b>	<b>Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações</b>			
Despesas administrativas	2.1.2	(2.013)	(1.739)	Dep			

# Oiapoque Energia S.A. - CNPJ 21.504.686/0001-28

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ramo	Seguros Vigentes para Oiapoque Energia S.A. Vigência/Seguradora Garantida	Valor em Risco R\$
Riscos Operacionais	28/11/21 A 28/11/22 - MAPFRE Seguros	26.840
Responsabilidade Civil	28/11/20 a 28/11/22 - AXA	7.500
Veículo	24/11/21 A 24/11/22 - Tokio Marine	100

**6 Principais práticas contábeis adotadas. 6.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. **6.2 Imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue: • Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos. • Máquinas - 10 anos. • Veículos - 5 anos. • Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos. • Equipamentos de processamento de dados - 5 anos. • Instalações - 10 anos. • Painéis solares - 25 anos. O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício. **6.3 Intangível. 6.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos:** Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e *impairment*. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos. **6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados:** Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas: • Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda; • Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; • Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros; • Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e • Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável. **6.3.3 Baixa de ativos intangíveis:** Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **6.4 Redução ao valor recuperável ("impairment"). 6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitará em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou do desaparecimento de um mercado ativo para o título. **6.4.2 Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Em 31/12/2021, não havia evidências que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável. **6.5 Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível

estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva. **6.6 Tributação. 6.6.1 Tributos sobre a receita operacional:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 1,65%; • Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), alíquota de 7,60%; e • Imposto sobre serviços ("ISS"), alíquota de 5%. Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício. **6.6.2 Tributos sobre o lucro: impostos correntes.** O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência. **Impostos diferidos.** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício. **6.7 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **6.8 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato. A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **6.9 Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31/12/2021 e 2020, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/emitidos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **6.10 Passivo de arrendamentos:** O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo

dos produtos vendidos"/"Despesas Administrativas"/"Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro". A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. A taxa de desconto para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 8,84% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação. **6.11 Novos pronunciamentos em vigor a partir de 01/01/2021:** As novas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 01/01/2021 (exceto quando indicado de outra forma), não tiveram impacto nestas demonstrações financeiras. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado; • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado; e • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros, se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30/06/2021.** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um benefício prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia ser aplicada até 30/06/2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31/03/2021, o comitê de pronunciamentos contábeis ("CPC") estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30/06/2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 01/01/2021, no entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados a Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático, quando aplicável, dentro do período da norma. Nenhuma das alterações acima indicadas teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **6.12 Normas emitidas, mas ainda não vigentes: Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante.** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de Postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 01/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 01/01/2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materially Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionar guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 01/01/2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Olivia Raquel Vieira dos Santos  
CRC: RJ 118.229/O-4

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Oiapoque Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Oiapoque Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oiapoque Energia S.A. em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos que as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divul-

gando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria tomizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • obtivemos entendimento dos controles internos

relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2022

Mazars Auditores Independentes - CRC nº 2SP023701/O-8  
Rodrigo de A. Albuquerque - CRC CE019775/O-9 T-RJ